



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

ADAYSAN DO ESPÍRITO SANTO

**COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO: A
POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA VOLTADA PARA O CONTINENTE
AFRICANO (PALOP) NO PERÍODO DE 2003-2010**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2018

ADAYSAN DO ESPÍRITO SANTO

**COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO: A
POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA VOLTADA PARA O CONTINENTE
AFRICANO (PALOP) NO PERÍODO DE 2003-2010**

Projeto de Pesquisa apresentado ao Instituto de Humanidades e Letras da UNILAB como requisito básico para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Orientador(a): Prof. Dra. Cinthia R. Campos.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2018

ADAYSAN DO ESPÍRITO SANTO

**COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO: A POLÍTICA
EXTERNA BRASILEIRA VOLTADA PARA O CONTINENTE AFRICANO (PALOP)
NO PERÍODO DE 2003-2010**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Bacharelado em Humanidades para
obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Aprovado em: 04 de Junho de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Cinthia Regina Campos Ricardo da Silva (Orientadora)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira

Prof. Dra. Ivette Tatiana Castilla Carrascal
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira

Prof. Dra. Juliana Mércia Guilherme Vitorino
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira

LISTA DE ABREVIATURAS

ABC - Agência Brasileira de Cooperação
CAD - Comitê de Assistência para o Desenvolvimento
CGFOME - Coordenação Geral de Cooperação Humanitária ao Combate a Fome
CCOPAB - Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil
CID - Cooperação Internacional para o desenvolvimento
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento
CONARE - Comitê Nacional para Refugiados
CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CSS - Cooperação SUL-SUL
CTPD - Cooperação Técnica para o Desenvolvimento
CUD - Cooperação Universitária para o Desenvolvimento
EMBAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EUA - Estados Unidos da América
FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz
FNLA - Frente Nacional de Libertação de Angola
GTI-CHI - Grupo de Trabalho Interministerial de Cooperação Humanitária Internacional
IED - Investimento Externo Direto
IMDH - Instituto Migrações e Direitos Humanos
IQUANGOS - Organizações Quase Não Governamentais Internacionais
MLSTP - Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe
MPLA - Movimento Popular de Libertação de Angola
MRE - Ministério das Relações Exteriores do Brasil
OCDE - Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico
OI - Organizações Internacionais
OIG - Organização Intergovernamental
ONU - Organização das Nações Unidas
ONG - Organização Não Governamental
ONGI - Organização Não Governamental Internacional
PAA - Programa Aquisição de Alimentos
PALOP - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PEB - Política Externa Brasileira
PEC-G - Programa de Estudante-Convênio de Graduação

PEC-PG - Programa de Estudante-Convênio de Pós-Graduação

PDP - Política de Desenvolvimento Produtivo

PED - Países em Desenvolvimento RI- Relações Internacionais

SI - Sistema Internacional

UA - União Africana

UNFPA - United Nation Fund for Population Activities

UNITA - União Nacional para Independência Total de Angola

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	JUSTIFICATIVA	7
3	PROBLEMATIZAÇÃO	8
4	MARCO TEÓRICO	10
4.1	O REGIME DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO: POR QUE OS ESTADOS COOPERAM?	10
4.1.1	O que as teorias abordam sobre a cooperação	11
4.1.2	Os atores da Cooperação Internacional Para o Desenvolvimento (CID)	13
4.2	A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA (PEB) 2003-2010	14
4.2.1	Uma análise histórica da PEB	14
4.3	A COOPERAÇÃO SUL-SUL	17
4.4	A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA VOLTADA PARA A ÁFRICA PORTUGUESA (PALOP)	19
4.4.1	Da geografia à história	19
4.4.1.1	<i>São Tomé e Príncipe</i>	19
4.4.1.2	<i>Angola</i>	20
4.4.1.3	<i>Moçambique</i>	21
4.4.1.4	<i>Cabo Verde</i>	21
4.4.1.5	<i>Guiné-Bissau</i>	21
4.4.2	O Brasil e a África Portuguesa	22
5	OBJETIVOS	24
5.1	OBJETIVO GERAL	24
5.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	24
6	METODOLOGIA	24
7	CRONOGRAMA	25
	Referências	26

1 INTRODUÇÃO

Para além da situação geográfica, a ligação do Brasil com a África se explica a partir de elos histórico-culturais, marcada pela presença, em momentos diferentes, dos portugueses na América e na África, no entanto, não se pode falar da história do Brasil sem se apelar a África e Portugal.

A relação do Brasil com a África e conseqüentemente os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), teve seu início no período colonial com o chamado processo de mercantilização durante o séc. XIV a XVIII, sobe égide do império português que unificou a Europa, África, América e a Ásia através do colonialismo. Um vínculo que se estende até os dias de hoje que se dá a partir da diplomacia através dos estados e baseado em” atuações públicas e privadas que visam o progresso econômico e social dos países em desenvolvimento, denominado Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID)” segundo (RAPHAEL, 2015, p. 23).

A presente pesquisa tem como foco a Política Externa Brasileira (PEB) voltada para o continente africano especificamente os PALOP, assente nas cooperações que surgiram após o processo de descolonização das ex colónias portuguesa.

Sendo assim, a partir desta visão desbravaremos o conceito de cooperação nas teorias das Relações Internacionais (RI), como funciona o regime da CID os pros e contras apresentados pelos liberais e realistas para assim compreender a situação do Brasil no processo de cooperação dentro do Sistema Internacional (SI).

2 JUSTIFICATIVA

O tema em questão ainda está se emergindo nas comunidades acadêmicas, e como tal precisa ser debatido.

O tema da CID é relativamente recente na comunidade acadêmica brasileira e reflete o destaque da posição que o Brasil ocupa nas discussões atuais sobre as transformações na ordem política e econômica internacional e na redefinição das estruturas de governança global (RAPHAEL, 2015, p. 23).

Há necessidade de dar maior visibilidade a este tema, e é importante que a sociedade civil esteja informada sobre a gestão dos mecanismos da CID, a fim de conhecer os seus direitos de cobrar das suas agências de cooperação o cumprimento dos objetivos expressos

por eles. Por outro lado, a sociedade civil deve se manter informado para de certa forma ter um lugar de voz no que diz respeito aos benefícios, as transformações e ao tal desenvolvimento almejado pelos Estados que se propõem a cooperar.

Este lugar de fala pode ser através dos atores não estatais como, por exemplo, as organizações sindicais, as fundações, as igrejas, as redes de cientistas, as organizações do sector aéreo, de energia nuclear, entre outros.

Nada melhor do que a academia para se debater o conceito de cooperação internacional, tendo em conta que segundo ZANESCO (2013) as universidades a partir de suas políticas tornaram um dos atores da CID.

No início da década de 1990 foi fortalecido a reflexão no contexto do pós-Guerra-Fria sobre os aspectos sociais do desenvolvimento, também sobre o meio ambiente, os direitos humanos, que são as pautas das RI pelas Nações Unidas com destaque para a participação ativa da sociedade civil (LINDGREN, 2001 apud TOMAZINI, 2017)

O que significa dizer que os assuntos da CID não dizem respeito somente aos atores estatais e não-estatais e sim a população civil também.

O interesse em pesquisar este tema partiu de dois lados. Primeiramente por ser eu uma estudante africana de São Tomé e Príncipe um dos países que compõe a PALOP, estudando no Brasil fruto da cooperação técnica entre esses dois países, fez fluir em mim o desejo de compreender a partir do meu lugar, como se dá esse processo que me encaminhou até aqui.

Partindo do meu caso em particular poderei compreender outros casos de articulação de cooperação do Brasil com os países africanos de língua portuguesa.

Por outro lado, após um estudo de introdução as RI e do funcionamento do SI, e pelo interesse em continuar estudando na área das RI e posteriormente trabalhar nesta área, serviu de inspiração para pesquisar sobre o tema em questão.

É necessário o debate deste tema na academia, para se compreender a atuação e a posição do Brasil e os chamados países em desenvolvimento no SI.

3 PROBLEMATIZAÇÃO

Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné Bissau e São Tomé Príncipe são países diferentes, separados pelo território, mas ao mesmo tempo unidos pela mesma história e pela mesma língua, o Português, uma herança deixada pelos Portugueses na época colonial.

Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), é uma organização intergovernamental criada em 1979, com intuito de dar continuidade a cooperação já existente entre os países africanos de língua portuguesa desde 1961, marcada pelos movimentos de libertação nacional durante o período colonial. Igualmente estes países juntamente com o Brasil, Timor-Leste e Portugal fazem parte da Lusofonia.

Segundo PECEQUILO, no segundo capítulo do seu livro “Introdução as Relações Internacionais” na sua abordagem sobre a sociologia das R.I, ele afirma que nenhum estado vive totalmente independente do outro, existem sim estados mais vulneráveis e como tal dependem mais do que os outros.

A partir desta afirmação busca-se com esta pesquisa conhecer o significado e a importância de cooperar no sistema internacional, a fim de compreender o porquê que os estados cooperam.

Ainda no segundo capítulo do livro de PECEQUILO, a autora faz uma explanação acerca dos “ Estados e Sua Dimensão Doméstica” onde afirma que a organização interna dos estados importa para a sua atuação no sistema internacional, o que reforça RUSSO (2015) quando explica que, por causa da situação interna dos estados ou países em questão (Brasil-PALOP) e também pela crise econômica internacional, as relações do Brasil com PALOP não teve êxitos significativos no período pós independência. Seguindo a visão destes autores surgiu a inquietação deste tema: De 1974/75-2015 as susceptíveis mudanças de governo e as crises internas proporcionaram uma evolução ou estagnação nas suas cooperações?

Após a independência até a década de 1970 o Brasil viu-se indeciso entre apoiar Portugal ou estabelecer relações com as colônias portuguesas na África. Finalmente a partir do governo de Ernesto Geisel, o Brasil se posicionou ao lado das colônias sendo o primeiro país a reconhecer a independência de Angola e o governo do Movimento popular de Libertação de Angola (MPLA), e a soberania de todas as ex colônias portuguesa, garantindo assim, relações privilegiadas e o fortalecimento de laços com os atuais PALOP e o resto do continente.

Partindo desta linha de pensamento, a presente pesquisa pretende analisar a política externa brasileira voltada para o continente africano, para assim entender que estratégia de cooperação o Brasil traçou para com os países do atlântico sul.

Nesta linha de pensamento a presente pesquisa pretende responder a seguinte questão: quais foram as diretrizes da política externa brasileira do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, e como ela foi delineada as cooperações com os PALOP?

4 MARCO TEÓRICO

4.1 O REGIME DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO: POR QUE OS ESTADOS COOPERAM?

As sociedades progrediram na medida em que elas mesmas, seus subgrupos [...] aprenderam a estabilizar suas relações, a dar, a receber e, enfim, a retribuir. Para comerciar foi preciso primeiro depor as lanças. [...] foi somente depois que as pessoas aprenderam a criar e a satisfazer interesses mutuamente e, enfim, a defendê-los sem terem que recorrer às armas. Foi assim que o clã, a tribo, os povos aprenderam — e é assim que, amanhã, em nosso mundo civilizado, as classes e as nações, bem como os indivíduos devem aprender a opor-se sem massacrar-se e a dar-se sem sacrificar-se uns aos outros (MAUSS, 1974 *apud* SILVA, 2008, p.141).

Partindo desse pressuposto Silva (2008) faz uma análise de caso de Timor-Leste entre 2002 e 2003 para abordar a cooperação como uma dádiva¹ numa perspectiva de entender “por que os estados cooperam”. O que Mauss (1974) aponta como uma estratégia de gestão de relações de poder. Contudo Silva reforça que “É preciso observar que não só interesses comerciais ou de subjugação política orientam a ação dos atores nesse campo, mas também táticas relacionadas a construção de vínculos de identidade, aliança e honra entre eles.” (SILVA, 2008).

Timor Leste é um país que “viveu aproximadamente 430 anos de colonização portuguesa, 24 anos de ocupação indonésia e 30 meses de administração transitória das Nações Unidas (ONU). Desde os últimos meses de 1999, os recursos doados pela assistência internacional têm sido responsáveis por partes significativas dos técnicos, dos equipamentos e do orçamento que, ao longo do tempo, têm permitido a criação e a manutenção da incipiente administração pública do país, bem como a prestação de serviço e auxílio emergencial à população”. (MAUSS 1974 *apud* SILVA, 2008, p. 141)

A partir deste estudo de caso torna-se evidente o enquadramento do conceito de cooperação como uma dádiva no ponto de vista do país receptor neste caso Timor-Leste, que SILVA apresenta no seu ponto de vista. Tanto os países doadores como os receptores se beneficiam da cooperação, pois se ao contrario fosse não haveria necessidade de cooperar. O que Milani (2016) reforça quando afirma que a cooperação bilateral para os países que se beneficiam apresenta efeitos significativos na melhoria socioeconômica, política dos países receptores.

¹ Cooperação como dádiva- conceito abordado por SILVA (2008) disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132008000100006

4.1.1 O que as teorias abordam sobre a cooperação

Para melhor compreensão do debate sobre “por que os estados cooperam” vejamos o que as teorias das Relações Internacionais (RI) abordam sobre o assunto, dentre elas analisaremos a teoria liberal e realista.

De acordo com Rinaldi (2015, p.28), a teoria realista chamada de tradicional, surgiu no pós segunda guerra mundial com objetivo de pôr frente ao liberalismo-idealista, e procurar respostas aos fenômenos recorrentes no mundo e como tal os realistas pretendiam superar a idéia de que é possível alcançar a paz entre os Estados, através de regras que pudesse controlar o comportamento e a convivência entre os Estados e também por intermédio das instituições.

O liberalismo segundo Rinaldi (2015) é uma das teorias mais antiga que discutia temas ligado ao lugar e o papel do indivíduo na sociedade e na economia.

A problemática da cooperação surge como desdobramento da discussão dos desafios que se colocam para os Estados no próprio SI. Como afirma Rodrigo (2004)

Assumindo os realistas que o SI é “anárquico” e que sempre terá esta característica, não implica dizer que não existem formas de buscar arranjos internacionais que diminuam a insegurança estatal. Significa apenas que o fato de não haver um poder central capaz de determinar e fazer cumprir um conjunto de regras que garantam a cooperação entre os membros, faz com que os Estados não confiem plenamente em seus parceiros, porém isso não significa que a desordem passará a conformar todos os comportamentos e que a cooperação estará constantemente limitada (RODRIGO, 2004)

Enquanto os realistas acreditam que os Estados cooperam simplesmente por interesse nacional, pois para eles a cooperação deve ser feita a curto prazo isto porque sem um governo mundial para orientar os Estados, não há garantia nenhuma de que este irá cumprir com o acordo feito. Entretanto os liberais defendem a ideia de cooperação como possibilidade de prosperidade e progresso, eles acreditam que o SI é uma anarquia, porém sensibilizam os Estados a cooperar, pois eles acreditam que cooperando todos poderão adquirir ganhos. O que Pecequilo (2017) aponta no terceiro capítulo do seu livro intitulado “As Teorias das Relações Internacionais”

O realismo pensa a paz e a guerra, o poder, os interesses nacionais e a nacionalidade dos Estados, o liberalismo lida com as perspectivas da paz, da prosperidade e do progresso e com as possibilidades e oportunidades para a criação, o aumento e o aprofundamento da cooperação. (PECEQUILO, 2017; p.136)

Os liberais ainda apontam a democracia como um regime que favorece e impulsiona as perspectivas de cooperação, e como tal Pecequilo (2017) ela se fundamenta em três fatores: a interdependência econômica, a disseminação da democracia e as instituições internacionais que criam “espirais de cooperação”

Dentro do realismo ainda existe a visão dos neorrealistas² que se contrapõem as de cooperação defendida pelos realistas. Enquanto os realistas consideram que os Estados agem no SI somente para maximizar poder em nome do “interesse nacional definido em termos de poder”. Já os neorrealistas dizem que a atuação dos Estados é para assegurar a sua posição e capacidades dentro do sistema em relação aos demais Estados (PECEQUILO, 2017, p.)

Entende-se como Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) “conjunto de atuações públicas e privadas que visam o progresso econômico e social dos países em desenvolvimento” (RAPHAEL, 2015, p. 23)

O regime de cooperação internacional para o desenvolvimento é tradicionalmente composto pelos maiores doadores governamentais, pelas principais instituições multilaterais, e pelas organizações não governamentais (ONGs) para o desenvolvimento (RAPHAEL, 2015, p.6)

Preza a história, que o processo de CID teve seu início após a segunda guerra mundial com o plano Marshall³ na Europa e EUA. Como reforça Milani (2016), os EUA não foram os únicos a criarem programa de ajuda na reconstrução dos países que foram destruídos com a segunda guerra, muitos países ocidentais se inspiraram nos EUA criando o Comitê de Assistência para o Desenvolvimento (CAD), a partir da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Este plano visava a reconstrução da Europa que havia sido destruída com a segunda guerra mundial, onde os Estados soberanos se uniram para este fim criando várias instituições na área de cooperação para o desenvolvimento como por exemplo, a OCDE.

A CID foi se intensificando após a segunda guerra mundial com o famoso processo de descolonização, onde as ex colônias europeias conquistaram a sua independência, desta forma os países colonizadores afirmaram os seus laços de cooperação com as suas ex colônias. (ZANESCO, 2015, p.17)

² Neorrealistas – mais informações pesquisar CRISTINA SOREANU PECEQUILO no seu livro intitulado As Teorias das Relações Internacionais, disponível em: <https://www.travessa.com.br/teoria-das-relacoes-internacionais/artigo/205ac9d3-5eab-4a17-a6e9-9aebfd07cef7>

³ Plano Marshall- foi criado nos EUA pelo seu secretário George Marshall, foi um plano econômico cujo o objetivo principal era possibilitar a reconstrução dos países capitalistas. Disponível em: https://www.suapesquisa.com/guerrafria/plano_marshall.htm

4.1.2 Os atores da Cooperação Internacional Para o Desenvolvimento (CID)

Para maior embasamento teórico e uma melhor exploração no que tange a CID vejamos os seus atores e o que as teorias das RI debatem sobre.

A CID é organizada em torno de um regime internacional formado por uma pluralidade de atores: organizações internacionais, governos e agências nacionais e subnacionais, e organizações da sociedade civil (RAPHAEL, 2015, p.23)

Esta é uma das perspectivas defendida pelos liberais, pois os realistas acreditam que somente os Estados importam no SI, (PECEQUILO, 2017)

Dentro dos atores não estatais ou transnacionais, atuam as empresas transnacionais que têm as suas filiais em diversa parte do mundo e desempenham papéis políticos e económicos. Existem também os atores transnacionais que trabalham no combate as ações criminosas na maior parte do mundo. Um terceiro dos atores não estatais estão as OI sendo ela: Organizações Intergovernamentais (OIG), as ONGs, a Organização não-Governamental Internacional (ONGI), Organizações Quase não Governamentais Internacionais (IQUANGOS) citação. (WILLETS, 1990 apud ROSA, 2015, p. 37)

Além desses existem também os atores privados⁴ que têm como função de “além de defender os interesses coletivos no plano internacional, também negociar interesses setoriais, a partir de sua inserção no conflito distributivo interno, como afirma (SUHAYLA, 2015)

O fenômeno mais recente que se expande no mundo é a inclusão da universidade no SI de cooperação para o desenvolvimento⁵, o que corresponde a um “conjunto de atividades que a universidade tem condições de realizar, baseada em suas competências básicas em benefício dos países do Sul” (ZANESCO, 2013, p. 61)

Continua afirmando que o interesse dos doadores em investir na educação superior não é de hoje já existia desde as primeiras décadas pois, “os países doadores ofereciam treinamentos para que os países do Sul profissionalizassem seus futuros pesquisadores e trabalhadores, através da concessão de bolsas para a formação superior nos países desenvolvidos” (ZANESCO, 2013, p.63).

Entretanto “em meio a um quadro de transformações que pressiona seus arranjos institucionais, atores não-tradicionais passaram a participar e se engajar nas discussões do

⁴ Os atores privados- abordado por LOPES na sua dissertação para o título de Mestre em RI disponível em: <http://www.funag.gov.br/ipri/btd/index.php/10-dissertacoes/2644-interacoes-entre-atores-privados-das-relacoes-internacionais-cooperacao-e-confronto-entre-organizacoes-nao-governamentais-e-empresas-transnacionais>

⁵ As universidades como atores do SI para o desenvolvimento disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/107356>

regime de CID” Raphael (2015, p.6). E como tal surgem também as organizações sindicais⁶ como um dos atores não tradicionais.

A CID tem um leque amplo de objetivos, dentre eles por meio de diferentes estratégias pretende-se promover o desenvolvimento econômico e social dos países menos desenvolvidos, denominados como receptores, a partir de transferências de recursos financeiros, de conhecimento técnico especializado entre outros. A CID é caracterizada pela verticalidade das relações entre os doadores e receptores, aspecto esse que segundo Corrêa (2010), foi alvo de crítica pelos países em desenvolvimento (PED) inclusive o Brasil, que pretendia estabelecer a cooperação horizontal denominada Cooperação Sul-Sul (CSS).

4.2 A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA (PEB) 2003-2010

4.2.1 Uma análise histórica da PEB

Ao longo do século XX, a PEB “percorreu momentos de transformação e amadurecimento” (RINALDI, 2015, p. 18).

A análise histórica da PEB dá-se a partir da instauração da República em 1889-1930, uma vez que o Brasil havia tornado um país soberano sobre a égide da democracia com os princípios de separação de poder.

Um dos principais formuladores e expoentes dessa reorientação diplomática fora Barão de Rio Branco, cujos trabalhos no Ministério das Relações Exteriores (MRE), entre 1902 e 191228, corresponderam às grandes transformações sofridas não somente na definição e articulação da política externa, como também na própria instituição política que aquele ministério representaria para o país nos períodos subsequentes – denominado, simbolicamente, de “casa de Rio Branco”. (RINALDI, 2015, p. 59)

Neste período a PEB estava virada para os EUA, uma estratégia do Brasil uma vez que o EUA estava se levantando como uma potência mundial. Os governos que surgiram após o Barão continuaram com a diplomacia de aproximação com os Estados Unidos. (RINALDI, 2015, p. 60)

Em 1930 com a crise originada pelo EUA o mercado internacional entrou em retração, é justamente neste período que marca a presidência de Getúlio Vargas. Dando continuidade a relação Brasil-EUA Vargas por outro lado criou a estratégia de industrialização onde, ao

⁶ As organizações sindicais como atores das RI, explanado por RAPHAEL na sua dissertação para o título de Mestre em RI disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/160732>

mesmo tempo que mantinha relações com os EUA negociava com Alemanha. (RINALDI, 2015, p. 45)

Após a segunda guerra mundial onde o Brasil se aliou aos EUA, e posteriormente a guerra fria os EUA voltou-se para a reconstrução da Europa o que enfraqueceu as relações com o Brasil, prejudicando assim a PEB uma vez que ela estava voltada somente para os Estados Unidos.

No período seguinte corresponde ao governo de Gaspar Dutra onde a “política externa aprofunda sua identificação com os Estados Unidos. (RINALDI, 2015, p. 46). Já em 1956 o governo de Juscelino Kubistchek ele faz uma revisão da PEB na necessidade de se livrar da exclusividade norte-americana e abrir novas opções para o país, e como tal surgiu a iniciativa do projeto Pan-Americano cujo objetivo era envolver os EUA e os países da América Latina num plano para tentar mudar o quadro de subdesenvolvimento da região. No período seguiu os governos de Jânio Quadros e João Goulart entre 1961/64, neste período a PEB era caracterizado “por uma visão ampla das relações internacionais sem se descuidar, ao mesmo tempo, da dimensão regional e da natureza pragmática das ações internacionais” (RINALDI, 2015, p. 50)

Com a chegada dos militares ao poder em 1964/85, o primeiro presidente militar buscou considerar as atuações dos governos anteriores e baseou a sua atuação na bipolaridade. Os outros governos militares também se empenharam na recuperação da economia e do desenvolvimento nacional. Neste momento a política externa passa a se aproximar dos países subdesenvolvidos.

Em 1969/74 o governo de Garrastazu Médici alcançou um forte crescimento econômico, a sua política estava voltada para os países subdesenvolvidos da América Latina e da África assente nas relações econômica e política com esses países. Já no mandato de Ernesto Geisel a situação econômica não estava boa o que influenciou muito na política externa. Geisel resgatou as estratégias de diversificação e multiplicação nas relações exteriores dos governos anteriores.

O período posterior foi de Figueiredo que deu continuidade aos projetos de Geisel, onde se priorizou o relacionamento com os países do Sul. Outros governos surgiram no período pós-ditadura como o governo de José Sarney de 1986/90 que buscou parcerias bi e multilaterais, após este veio o mandato de Collor de Melo e em seguida Itamar Franco em 1992/94. Os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso 1994-2002 se debruçou nas políticas internas.

As diretrizes da política externa durante os mandatos de Cardoso seguiram, então, os parâmetros tradicionais de defesa do pacifismo e dos princípios de autodeterminação e não intervenção, além de ressaltar o respeito ao direito internacional e o

pragmatismo como instrumentos necessários à defesa dos interesses do país. (RINALDI, 2015, p. 70)

Com o término do mandato de Fernando inicia o governo de Lula da Silva. De acordo com Regina; Volkmaer; Machado (2013, p.6), em 2003 após assumir a presidência Luiz Inácio Lula da Silva através de aliança Sul-Sul, aderiu aos princípios e normas internacionais com os parceiros não tradicionais como a China, Ásia-Pacífico, África, Europa Oriental, Oriente Médio, etc, e também com os parceiros regionais, dando uma nova dimensão à política externa brasileira.

Durante o discurso da tomada de posse o presidente Lula⁷ afirmou que a política externa do seu governo teria como prioridade “a construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida, com base em ideais democráticos e de justiça social”. E para tal o presidente pretendia reativar o Mercosul que havia sido enfraquecida pela crise, e empenhar-se na cooperação e diálogos com todos os países da América Latina.

Por outro lado, esta política visava manter parceiras com os Estados Unidos da América, fortalecer a cooperação com a União Europeia e seus Estados-membros, com outros países desenvolvidos como Japão, não deixando de fora as grandes nações como: a China, a Índia, a Rússia, África do Sul, entre outras.

O governo de Lula também tinha em seus objetivos voltar a afirmar os laços profundos que unem Brasil ao continente africano a fim de contribuir para o seu desenvolvimento potencial.

Essas mudanças discursivas seriam essenciais porque trataram de reivindicar espaços de poder ao país e aos seus parceiros internacionais de capacidade econômica, política e social parecida, os quais estariam cumprindo papéis relevantes no mundo sem terem acentos correspondentes nos fóruns internacionais de tomada de decisões importantes na definição das diretrizes futuras do desenvolvimento econômico e social que prevalecerá no mundo no século XXI. (MAIOR, 2004 apud OLIVEIRA, 2014, p. 4)

A filosofia da política externa do governo de Lula tinha como horizonte consolidar uma política mais afirmativa na defesa dos interesses dos brasileiros no mundo. Oliveira (2014, p. 5)

Partindo de leituras de diferentes autores, neste tópico pretende-se fazer uma abordagem profunda da política externa brasileira durante o período do governo de Lula, a

⁷ Discurso de Lula na sua tomada de posse disponível em:
<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/discursos-de-posse/discorso-de-posse-1o-mandato/view>

fim de compreender as diretrizes da PEB no mesmo período.

Quando referimos a política exterior do Brasil estamos falando de recursos utilizados pelo Estado, com intuito de representar os interesses do Brasil no exterior a partir da diplomacia, integração, cooperação, coação, entre outras ferramentas. Rinaldi (2015, p. 18)

Segundo Puente (2010) o governo de Lula buscou fomentar a cooperação tanto bilateral como multilateral com os países semiperiféricos e periféricos, com objetivos estratégicos claramente definidos.

O governo de Lula é responsável por uma combinação entre os dois eixos, horizontal e vertical, de modo que a PEB do século XXI “[...] transforma e atualiza o passado ao mesclar equilibradamente as dimensões Norte-Sul e Sul-Sul”, o que não é uma tarefa fácil. (PECEQUILO, 2008, p. 136)

Ainda com Pecequilo (2008, p. 145-146), o autor refere que o eixo Sul-Sul da política externa, gerou benefícios potenciais nos campos econômico, estratégico e político para o Brasil. A análise da conduta da PEB durante o governo de Lula afirma que “o Brasil passou por uma guinada no período 2003-2010 no que se refere a sua atuação no cenário internacional, transitando de uma posição de coadjuvante para protagonista, sendo a marca registrada dessa PEB o enfoque dado a cooperação Sul-Sul” (REGINA et al VOLKMER; MACHADO, 2013, p. 6)

4.3 A COOPERAÇÃO SUL-SUL

É definida como uma modalidade de cooperação técnica internacional que se dá entre países em desenvolvimento, que compartilham desafios e experiências semelhantes.

A CSS é desenvolvida pela United Nations Fund for Population Activities (UNFPA), desde 2002 pelo Brasil. Com agências ativas em 155 países em todo mundo e tem representantes em 65 nações.

A CSS surgiu como um meio para defender os interesses dos países em desenvolvimento que partilham as mesmas experiência e desafios, por outro lado, ela surgiu para fazer frente aos países do Norte uma vez que eles passaram a cooperar entre si e a exigir uma maior verticalidade no processo de cooperar. (ZANESCO, 2013)

Alguns autores como AYLLÓN PINO (2012) defendem que a prática da CSS foi adotada pelas potências emergentes como um instrumento para terem um lugar de fala no SI e para participar das discussões e decisões de interesse global, e sobretudo como uma estratégia da política externa brasileira (PEB), com objetivo de defender interesses nacionais e

internacionais.

O estreitamento das relações Sul-Sul, teria promovido modificações na estrutura das relações internacionais e estaria produzindo resultados em termos de desenvolvimento graças ao reconhecimento das oportunidades e capacidades dos países do Sul e ao aumento da demanda por sua cooperação (AYLLÓN PINO, 2012)

A CSS é feita de forma horizontal com os países da África, Ásia e América latina e alguns países do Caribe e da Oceania, com os seguintes princípios: "I- independência nacional, II- prevalência dos direitos humano, III- autodeterminação dos povos, IV- não intervenção, V- igualdade entre os Estados, VI- defesa da paz, VII- solução pacífica dos conflitos, VIII- repúdio ao terrorismo e ao racismo, IX- cooperação entre os povos para o progresso da humanidade, X- concessão do asilo político" afirmado na constituição brasileira no seu artigo 4^o.

Os princípios da CSS se afirmam no "respeito mútuo a soberania dos parceiros e na não ingerência em assuntos internos" (CORRÊA, 2010, p.94) onde a sua maior preocupação é o princípio da solidariedade e horizontalidade como afirma CORRÊA

os operadores da cooperação entre países em desenvolvimento são enfáticos quando indicam a solidariedade como seu elemento motivador e desvinculado de interesses outros que não a promoção do desenvolvimento, posicionamento em contraponto as condicionalidades e direcionamento que permeiam a ajuda oficial ao desenvolvimento dos países desenvolvidos. (CORRÊA, 2010, p.91)

A partir desta visão chegamos novamente ao debate entre os realistas e liberais sobre a cooperação. Partindo do ponto de vista apresentado por CORRÊA em oposição os realistas defendem que os Estados cooperam simplesmente por interesse nacional o que descarta totalmente este conceito de solidariedade.

Os aspectos da gestão da CSS são levados a cabo pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), do Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

A CSS é feita em diversas frentes como: cooperação técnica, política e econômica, como aponta CORRÊA

"nota-se, contudo que a expansão da CSS inicia nas décadas de 1959 e 1960, não é vista como um desdobramento da CID, mas como consequência do desenvolvimento dos PED em diversas áreas tais como técnica, política e econômica, que, gradualmente acabou por favorecer a cooperação internacional entre os mesmos" (CORRÊA, 2010 apud TOMAZINI, 2017, p.31)

⁸ Artigo 4 da constituição brasileira disponível em:
http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_atual/art_4_.asp

A cooperação técnica entre os países em desenvolvimento (CTPD) é um desdobramento da CSS, que visa melhorar a realidade social, econômica e local, capacitar gestores municipais, transferir “boas práticas” habilidades ou conhecimento para o país de destino da cooperação prestada como afirma (TOMAZINI, 2017, p.31)

Na dimensão política a CSS promove a constituição de âmbitos autônomos para a geração de perspectivas e práticas alternativas entre países semiperiféricos e periféricos, por outro lado a cooperação econômica é realizada a partir das trocas comerciais, no âmbito financeiro e de investimento entre os países periféricos e semiperiféricos (AYLLON PINO, 2012)

Tanto a CID como a CSS têm seus desafios a enfrentar, dentre eles – Tamazini (2017) aponta “o envolvimento da sociedade civil nos discursos referentes a cooperação presta e a demonstração do impacto dos projetos”.

A gestão e execução dos projetos com intuito de prestar contas a população sobre os resultados da cooperação é uma das preocupações das agências da CID, pois, face a era tecnológica que vemos, as informações são passadas com mais facilidade e rapidez, como ressalta Tamazini

um contribuinte com acesso a internet, por mais longe que esteja dos projetos de cooperação levados a cabo por seu país, tenha acesso (ou queira ter acesso) a base de dados ou a página web da agência responsável por tal cooperação, para melhor conhecimento sobre como são aplicados os próprios impostos pagos. Como justificar elevadas quantias financeiras destinadas aos projetos de cooperação internacional se os resultados desses não são de conhecimento da população, ou seja, dos contribuintes? (TAMAZINI, 2017)

Sendo assim algumas agências através de publicações visibilizam as suas próprias ações.

4.4 A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA VOLTADA PARA A ÁFRICA PORTUGUESA (PALOP)

4.4.1 Da geografia à história

4.4.1.1 São Tomé e Príncipe

Situado no golfo da Guiné a 300 km da costa ocidental africana, São Tomé e Príncipe atual República Democrática de São Tomé e Príncipe é um estado formado por duas ilhas e

diversos ilhéus adjacentes. A ilha de São Tomé descoberta em 21 de dezembro de 1470 é a maior onde situa a cidade capital do país e ocupa um espaço de 859 quilómetros quadrado. A ilha do Príncipe é a menor descoberta em 17 de janeiro de 1471 e ocupa um território de 142 quilómetros quadrado, ambas as ilhas foram descobertas pelos navegadores portugueses João de Santarém e Pêro Escobar. Este pequeno país insular ocupa uma área de 1001 quilómetros quadrado e é habitada por cerca de 192 mil habitantes. Após 500 anos sob o domínio colonial português, São Tomé e Príncipe conquistou a partir da luta colonial sob a liderança do Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP) a sua independência em 12 de julho de 1975.

Após a independência o país adotou o regime socialista de partido único que não durou muito tempo. Com a necessidade de criar uma constituição em 1990 instituiu-se o pluripartidarismo. Em 1995 foi instituído um governo local na ilha do Príncipe, desde então o país tem vivido com as sucessíveis mudanças de governo. O estado santomense tem o português como a língua oficial alada por cerca de 98,4% da população, e as línguas crioulas variadas do português que são: crioulo forro, cabo-verdiano, anguené falado pela população do sul de São Tomé e o Lunguíé falado pela população da ilha do Príncipe.

São Tomé e Príncipe atualmente faz parte da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), Países Africano de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), União Africana (UA), Organização das Nações Unidas (ONU), entre outras organizações.

4.4.1.2 Angola

Localizado na costa do atlântico sul da África ocidental, Angola é um estado que faz fronteira com a República Democrática do Congo e a Zâmbia. O país possui um total de 1.246.700 quilómetros quadrado, dividido em 18 províncias: Zaire, Uige, Namibe, Moxico, Malanje, Lunda Norte, Lunda Sul, Kwanza Norte, Kwanza Sul, Luanda, Kwando Kubango, Huila, Huambo, Cunene, Cabinda, Bié, Benguela, Bengo, sendo que a capital é Luanda. Com uma população de 25 milhões de habitantes senso (2016).

O primeiro presidente de Angola Agostinho Neto proclamou a independência do país em 11 de novembro de 1975, conquistada a partir de lutas de movimentos como MPLA (movimento de libertação de Angola), a UNITA e FNLA. O português é a língua oficial do país existindo também os dialetos oriundo dos povos antigos como: Umbundo, Quimbundo, Quicongo, Ganguela, Tshócue, Cuanhama e muitas outras línguas.

4.4.1.3 Moçambique

Conhecido como República de Moçambique, este estado está localizado no sudeste do continente africano e banhado pelo oceano indico, a sua capital é Maputo. Por quatro séculos Moçambique esteve sobre o domínio português e tornou-se independente em 25 de junho de 1975. A língua portuguesa é a oficial falada por cerca da metade da população, a outra metade fala as suas línguas nativas como: macua, tsonga e o sena. O país ocupa uma área de 801 590 quilômetros quadrado e possui cerca de 28 861 863 habitantes.

Moçambique possui muitos recursos naturais, a sua economia baseia na produção agrícola, na fabricação de alimentos, produtos químicos, bebida, petróleo e alumínio. Este estado faz parte da União Africana (UA), da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), da União Latina, da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, da Organização Internacional da Francofonia entre outras organizações.

4.4.1.4 Cabo Verde

Formado por dez ilhas, a República de Cabo Verde está situado a 570 quilometro da costa ocidental africana e as ilhas ocupam uma área de 4.000 quilômetros quadrados, habitado por cerca de 536 457 pessoas. A sua capital encontra-se na cidade de praia na ilha de Santiago. A língua oficial de cabo verde é o português, usado nas escolas, nas empresas e na administração, pois a língua usada no quotidiano da população cabo verdiana é o crioulo.

A economia cabo-verdiana é baseada no turismo e nos investimentos estrangeiros, falar de agricultura em Cabo Verde é difícil, pois o clima não é favorável a produção. O país é membro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa CPLP, Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa PALOP, entre outras organizações.

4.4.1.5 Guiné-Bissau

A República da Guiné-Bissau está situada a costa ocidental da África e faz fronteira com Senegal. O país ocupa uma área de 36.125 quilômetros quadrados e possui uma população de 1,6 milhão de pessoas. Assim como os outros países apresentados aqui, a Guiné-Bissau também foi colônia portuguesa durante alguns anos, em 24 de setembro 1973 foi proclamado a independência do país e reconhecida em 1974. A sua capital é Bissau, e tem o

português como a língua oficial falado apenas por 27,1% da população, pois 90,4% da população fala o crioulo e a outra parte falam outras línguas nativas. A Guiné Bissau faz parte da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa CPLP, União Latina, Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental, União Africana UA, e outras organizações. A economia do país é baseada na agricultura, peixes, castanha de caju e nozes.⁹

4.4.2 O Brasil e a África Portuguesa

No período pós-colonial o Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), com o governo de Ernesto Geisel, e como tal garantiu o seu privilégio avançando as relações e estreitando laços de cooperação com esses países.

“a consequência imediata mais positiva e tangível do reconhecimento do governo angolano foi o pronto estabelecimento de relações diplomáticas com Moçambique e uma mudança de atitude das jovens nações africanas com relação ao Brasil. Em princípio, o governo brasileiro alcançou o seu objetivo de reverter a desvantagem que o Brasil herdada no continente em razão da sua política hesitante, pendular, e não raro fracamente pró colonial, ao aliar-se com Portugal” (SILVA, 2008,p. 187)

A relação do Brasil com PALOP se dá a partir do intercâmbio comercial com Angola e Moçambique chamado os grandes PALOP, e as trocas comerciais com os pequenos PALOP no caso São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Guiné Bissau, caracterizada pela intensidade de vínculos comerciais criado ao longo dos anos.

de 1974 a 1990, a cooperação com viés político foi a ênfase da política externa brasileira para os PALOP, nos marcos da horizontalidade presente no Terceiro-mundismo; de 1990 a 2002, a cooperação puramente técnica foi a linha condutora que manteve a presença brasileira nesses países; de 2003 a 2015, essa cooperação reassumiu o viés político e se aprofundou nos termos da repaginada cooperação Sul-Sul. (RIZZI, 2016, p. 148)

De 1974/90 foi aplicada a cooperação horizontal marcada pelas “relações diplomáticas entre o Brasil e os PALOP recém-independentes” como afirma (RIZZI, 2016, p. 148)

Os movimentos independentistas foram fundamentais no estabelecimento das relações do Brasil com a África. A partir daí o Brasil fortaleceu as suas relações com os PALOP

⁹ Fonte consultada:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Pa%C3%ADses_Africanos_de_L%C3%ADngua_Oficial_Portuguesa

baseando-se nas cooperações.

Sendo assim para cada componente do PALOP havia uma estratégia diferente para manter essas relações. Em Angola iniciou-se a venda de tecnologia, capital e bens, investimentos em obras de infraestruturas e construções de hidroelétricas. É importante realçar que Angola era um grande foco do Brasil por causa do petróleo e outras matérias primas. No caso de Moçambique os esforços foram centrados no sector da segurança alimentar e da saúde, onde foram afirmados diversos acordos com objetivo de capacitar técnico agrícola e oferecer cursos e suporte necessário a esses trabalhadores. Na área de saúde foram feitas diversas campanhas de prevenção de HIV/SIDA, onde o governo brasileiro disponibilizou medicamentos como antirretrovirais e treinamento a população (RIZZI, 2012).

No que toca Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Guiné Bissau “houve uma intensificação das relações com esses países a partir do conhecimento de sua realidade e, por consequência, de suas demandas, com o início das trocas comerciais. (RIZZI, 2012, p. 79)

Em Angola “as trocas comerciais passaram a apresentar índices elevados a partir de 2001, sendo que em 2003 o valor total de exportações alcançou a cifra de 280 milhões de dólares, praticamente o dobro do valor de dois anos antes” (GASTALDON, 2013, p. 39)

Os produtos mais exportados foram açúcar, carnes de bovino e frango congelado. Segundo Cau,

o volume de negócios entre o Brasil e alguns países africanos- especialmente Angola, Moçambique e África do Sul- vem crescendo tanto que esse mercado é hoje o quatro mais importante para os produtos brasileiros, principalmente industrializados. Máquinas, automóveis, eletrodomésticos e alimentos enlatados compõem 80% da pauta de exportações brasileiras para estes países. (CAU, 2011, p.71 apud MAWAKDIYE, 2008)

A PEB para os países africanos se aplicou nas cooperações através da ABC, “essa cooperação se concentrou nos setores da economia considerados prioritários, tanto pelo doador quanto pelo receptor: agroindustrial, pecuária, ecológico, educativo, de transporte, mineração, irrigação, saúde, saneamento, assistência social e recursos humanos. (RIZZI, 2012, p. 99)

Em 2003 período em que inicia o governo de Lula, é marcado pelo estreitamento de laços de cooperação com os países africanos após um período de distanciamento.

A partir daí fomentou-se o interesse do governo brasileiro em estabelecer cooperações diversas com os países africanos.

Por intermédio do Grupo de Trabalho Interministerial de Cooperação Humanitária

Internacional (GTI-CHI) criado em 2006 e coordenado por Itamaraty, o programa do governo Lula seguiu a seguinte vertente: doações de alimentos, medicamentos e remédios, ações para refugiados, as operações de paz e a cooperação diplomáticas do Brasil nesses países, e multilateral via Programa Mundial de Alimentos (PMA)

5 OBJETIVOS

5.1 OBJETIVO GERAL

O objetivo da presente pesquisa é de analisar o processo de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID), partindo da horizontalidade da política externa brasileira.

5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Contextualizar o conceito da CID, para assim compreender a forma como está organizado o regime de cooperação internacional para o desenvolvimento e os seus principais atores.
- Analisar a política externa brasileira voltada para o continente africano, e como consequência a Cooperação Sul-Sul (CSS) como a estratégia de cooperação dos países do sul.
- Fazer uma abordagem das relações entre o Brasil e a África portuguesa, partindo dos laços históricos a fim de fazer um levantamento das cooperações existente entre esses dois agentes.

6 METODOLOGIA

Para a elaboração desta pesquisa optamos pela metodologia qualitativa que é um método que privilegia a análise de micro processos através de estudo de ações sociais individuais e grupais, realizando um exame intensivo dos dados e caracterizada pela heterodoxia no momento de análise. (MARTINS, 2004)

Optamos pela metodologia qualitativa e bibliográfica por ser um método que trabalha justamente com descrições, comparações e interpretações, cremos que através deste método alcançaremos o resultado pretendido.

A partir deste método faremos a coleta de fontes referenciais e levantamento de dados bibliográficos e não só. A pesquisa e recolha de informações estarão assentes nos dados recolhidos nos sites, revistas, livros e ainda em diversos artigos publicados, que versem sobre as diversas cooperações tanto da cooperação técnica como as outras cooperações no âmbito da saúde, educação, segurança, política, economia, em todas as diretrizes que a PBE alcançou nos PALOP.

Após a coleta de dados e seleção dos mesmos, faremos uma análise crítica, reflexiva e analítica de forma a obtermos o material específico para a produção do trabalho final.

Em seguida faremos uma análise comparativa entre os materiais referentes a dois períodos distintos no que tange ao fenómeno abordado neste projeto que no caso, é a política externa brasileira no período pós independência dos PALOP e o período referido no trabalho do governo de Lula 2003-2010.

7 CRONOGRAMA

ANOS/ETAPAS	2018	2019		2020		2021	
	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º
Reelaboração do projeto	X						
Levantamento bibliográfico	X	X	X		X	X	
Análise crítica, reflexiva e analítica dos dados coletados			X	X		X	
Análise comparativa entre os materiais			X	X			
Seleção dos dados e elaboração conclusiva da monografia					X	X	
Defesa da monografia							X

REFERÊNCIAS

AYLLÓN PINO, Bruno. Agentes transformadores da Cooperação para o Desenvolvimento: poderes emergentes e Cooperação Sul-Sul. **Relaciones internacionales** (La Plata), v. 40, p. 99- 119, 2011.

AYLLON, B.P. Neuvos horizontes para los profesionales de las Relaciones Internacionales em Brasil-la Cooperación Internacional para el Desarrollo. **Monções: Revista de Relações internacionais**, v. 1, n. 1, 2012, p. 208-224.

BARRIVEIRA, G. O lugar da África na política externa brasileira após 2003. **Revista Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v.7, n.36, p. 57-72, jun-jul. 2016.

BERNDT, Priscila P. **Cooperação Técnica Internacional como instrumento da política externa brasileira**: o Brasil como doador junto aos países africanos. 2009, 62 f. Trabalho de Conclusão de curso (Graduação em Relações internacionais) - Faculdade de Ciências econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

CAU, Hilário S. **A Construção do Estado de Moçambique e as relações com o Brasil**. 2011, 162 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

COOPERAÇÃO. **Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional**: 2010. Brasília, DF: IPEA, 2013

CORRÊA, Marcio Lopes. **Prática Comentada da Cooperação Internacional: entre a hegemonia e a busca de autonomia**. Brasília, DF: Edição do autor, 2010
em:<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/discursos-de-posse/discorso-de-posse-1o-mandato/view> acessado 17 de Maio 2018

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, AGÊNCIA BRASILEIRA DE MARTINS, H. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.2, Mai-Agost, 2004.

MATOS, Pedro A. **“Nunca antes na história deste país”**: A cooperação brasileira (2003-2010) com África do Sul, Nigéria, Angola e Cabo Verde. Belo Horizonte, 2017. 2001 f. Tese (Pós-Graduação em Relações Internacionais)- Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

MILANI, C; CARVALHO, T. Cooperação Sul-Sul e política externa: Brasil e China no continente africano. **Estudos Internacionais**, Rio de Janeiro v.1, n.1, p. 11-35, jan-jun. 2013.

MINISTERIO DA SAUDE. **Programa de cooperação Internacional para Ações de Prevenção e Controle do HIV/Aids para outros Países em Desenvolvimento**. Brasil, 2002. Disponível em:

OLIVEIRA, Guilherme Z. Política Africana do Brasil: mudança entre Lula e Dilma? **Revista**

Conjuntura Austral, Porto Alegre, v. 6, n. 29, p. 33-47, Abri- Mai. 2018. ISSN 21788839

PECEQUILO, C. As teorias das relações internacionais- O mapa do caminho: estudo e prática, in: *As teorias das relações internacionais*. 9. Ed. AltaBooks, 2016. Cap. 3, p. 111-143.

PUENTE, C. A. **A cooperação técnica horizontal brasileira como instrumento da política externa: a evolução da cooperação técnica com os países em desenvolvimento-CTPD- no período de 1995-2005**. Brasília, 2010.

REGAN, Patrick. US Economic Aid and Political Repression: an empirical evaluation of US foreign policy. *Political Research Quarterly*, vol. 48, n. 4, 1995, p. 613-628.

RIBEIRO, Cláudio O. **Relações Político-Comerciais Brasil-África (1985-2006)**. 2007, 243 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

RINALDI, Augusto Leal. **A política externa do Brasil: identificações e orientações**. Campinas, 2015. 178 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

RIZZI, K. Relações Brasil-PALOP: 40 Anos de cooperação para o desenvolvimento do atlântico Sul (1974/75-2015). **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, Rio Grande do Sul, v.1, n.1, p. 143-167, Jan-Jun. 2016.

_____. **O grande Brasil e os pequenos PALOP: a política externa brasileira para cabo verde, Guiné-Bissau, e São Tomé e Príncipe (1974/2010)**. 2012.301 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em:> <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/54081>

ROSA, J. **Organizações sindicais como atores do regime de cooperação internacional para o desenvolvimento: Análise de atores e processos do sub-regime de cooperação sindical internacional para o desenvolvimento**, Florianópolis, 2015, 225 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais)- Universidade Federal de Santa Catarina.

SILVA, L. I. **Discurso do Ministério das Relações Exteriores**. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/discursos-de-posse/discurso-de-posse-1o-mandato/view> acessado 17 de Maio 2018

TOMAZINI, R. Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e Cooperação Sul-Sul: uma análise comparativa de seus princípios e desafios da gestão. **Revista Carta Internacional**, Belo Horizonte, v.12, n.1, p.28-48, Fev-Abr. 2017.

VISENTINI, Paulo G.F. **Relações Internacionais do Brasil: de Vargas a Lula**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003^a

_____. **A África na política internacional**. Curitiba: Juruá, 2010

VISENTINI, Paulo G.F.; PEREIRA, Analúcia. D. **A Política africana do governo Lula**.

Núcleo de Estratégia em relações Internacionais/ UFRGS, 2007.

WANG, T.Y. US Foreign Aid and UM Voting: an analysis of importante issues.
International Studies Quarterly, vol. 43, n. 1, 1999, p. 199-210

WITTKOPF, Eugene R. Foreign Aid and United Nations Vote: a comparative study.
American Political Science Review, vol. 67, n. 4, 1973, p. 868-888.

ZANESCO, K. **As universidades como novos atores da cooperação internacional para o desenvolvimento**: O caso do Brasil, Florianópolis, 2013, 159 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais)- Universidade Federal de Santa Catarina.